

POVO LIVRE

G20

PORTUGAL INTEGRA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E POBREZA



09 PARLAMENTO

“O 25 DE NOVEMBRO CUMPRIU ABRIL”

Na primeira sessão solene evocativa do 25 de Novembro, Miguel Guimarães, vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, defendeu que a data “simboliza o triunfo da moderação sobre o extremismo”, pelo que deve unir e não dividir o Parlamento

11 LOCAIS

PONTE DA BARCA APOSTA NO INVESTIMENTO PÚBLICO

A Câmara de Ponte da Barca refere que as Grandes Opções do Plano e o orçamento para 2025, aprovados em 21 de novembro, preveem “a execução do maior plano de investimentos públicos alguma vez realizado por parte do município”

16 REGIONAIS

GOVERNAÇÃO NOS AÇORES REVELA “NOVAS POLÍTICAS”

O PSD/Açores considera que as propostas de Plano e Orçamento para 2025 mostram “um cenário de condições nunca dantes vistas”, com a atividade económica a crescer “consecutivamente há mais de 40 meses”

CELEBRAR NOVEMBRO TAMBÉM É CELEBRAR ABRIL

Se Abril é, indubitavelmente, “o dia inicial inteiro e limpo”, Novembro assume-se como a garantia de que não se regressaria à “noite” e ao “silêncio” de onde havíamos emergido.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



“... Assinalar o 25 de novembro não é mais do que celebrar abril e o que só abril iniciou: A liberdade e o desejo de democracia! Liberdade e democracia que devem ser celebradas todos os dias. Hoje não é exceção. É até um dia maior para isso!”.

Tomo a liberdade de transcrever estas frases iniciais da intervenção do Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, pois nelas encontro, com singulares clareza e pertinência, as razões maiores para evocarmos com alegria e espírito democrático o 25 de Novembro de 1975.

Se Abril é, indubitavelmente, “o dia inicial inteiro e limpo”, Novembro assume-se como a garantia de que não se regressaria à “noite” e ao “silêncio” de onde havíamos emergido.

Talvez o tempo cronológico ainda nos impeça de conhecer, com maior profundidade e plenamente, o que apenas o tempo histórico nos permitirá alcançar. Saibamos ter essa consciência para, assim, escaparmos à armadilha da

simplificação, que é meio caminho para a agudização dos antagonismos e o reabrir de feridas. Afinal, uma das lições que os vencedores do 25 de Novembro de 1975 deixaram inscritas para a memória futura é que, em democracia, também há lugar para os vencidos.

É com base nessa premissa, desse “chão comum”, que devemos assumir a responsabilidade de reforçarmos os alicerces da Democracia, da Liberdade, do Pluralismo, especialmente num tempo em que emergem ameaças sérias aos valores que definem a nossa vida em sociedade.

Saibamos, pois, estar à altura do legado de todos os que, naqueles primeiros anos da nossa Liberdade, assumiram a liderança do processo de democratização de Portugal, de Ramalho Eanes a Melo Antunes, entre os quais o nosso Fundador, Francisco Sá Carneiro.

É pelo exemplo que nos distinguimos.

PORTUGAL CONTRIBUI COM 300.000 DÓLARES PARA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA

Portugal vai contribuir com 300 mil dólares anuais para a nova Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo presidente do Brasil na cimeira do G20, no Rio de Janeiro, anunciou o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.



GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY

RIO DE JANEIRO - 2024

G20 RIO SU



“O nosso compromisso é firme, assim como será o nosso investimento. Portugal irá contribuir com cerca de 10% do custo de funcionamento do mecanismo de Apoio da Aliança, 300.000 dólares (cerca de 284 mil euros), pelo menos até 2030”, declarou.

Numa intervenção na primeira sessão de trabalho da reunião de chefes de Estado e de Governo do G20 – que Portugal integrou pela primeira vez como observador a convite da presidência brasileira deste fórum internacional –, dia 18 de novembro, Luís Montenegro saudou o Presidente Lula da Silva por trazer para o centro da discussão “temas absolutamente essenciais como a erradicação da pobreza e da fome”.

“A decisão histórica de criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza irá imprimir uma nova dinâmica política e deverá mobilizar-nos a todos para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável 1 e 2 [das Nações Unidas] até 2030”, afirmou.

O Primeiro-Ministro afirmou que “quebrar ciclos intergeracionais de pobreza é uma das prioridades de Portugal”. “É, assim, com especial satisfação que vemos as crianças e jovens no centro das preocupações refletidas no documento fundacional da Aliança”, disse.

O Primeiro-Ministro português disse acreditar que a abordagem coletiva da nova Aliança – a que o país se juntou como membro fundador – vai contribuir para a partilha de conhecimento e experiências, mobilização de mais recursos públicos e privados e promoção de sinergias com outras iniciativas, nomeadamente das Nações Unidas e da União Europeia.

Luís Montenegro destacou que Portugal investe atualmente, na política de cooperação, mais de 50% dos seus recursos bilaterais em áreas como as infraestruturas e serviços sociais (Educação e Saúde), a par das áreas da segurança alimentar e nutricional e, geograficamente, em



MMIT



Países Menos Avançados (PMA) e mais vulneráveis, com enfoque em África.

“E fá-lo, sempre, em espírito de parceria, garantindo a apropriação dos países parceiros e beneficiários. Acreditamos que a eficácia dos programas é tão relevante quanto o seu volume”, disse, manifestando o desejo de Portugal impulsionar as oportunidades de cooperação triangular no quadro da Aliança com África, a América Latina e outras regiões.

Portugal participou durante este ano em mais de 100 reuniões do G20 a convite do Brasil, a nível ministerial e nível técnico, culminando com a cimeira de chefes de Estado e de Governo, no Rio de Janeiro.

O Brasil assumiu em 1 de dezembro de 2023, e até 30 de novembro des-

te ano, pela primeira vez, a presidência do G20 sob o tema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”. Na sua presidência convidou 19 países, incluindo Portugal, Angola, Moçambique e Espanha, e organizações como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os membros do G20 – EUA, China, Alemanha, Rússia, Reino Unido, França, Japão, Itália, Índia, Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia e, ainda, a União Europeia e a União Africana – representam as maiores economias, cerca de 85% do Produto Interno Bruto mundial, mais de 75% do comércio mundial e cerca de dois terços da população mundial.



Cimeira luso-brasileira em fevereiro de 2025

O Primeiro-Ministro anunciou também a realização de uma cimeira luso-brasileira em fevereiro do próximo ano, no Brasil, e uma nova visita sua ao país, em data a acertar.

“Com o Presidente Lula da Silva tive uma conversa inicial, ainda não tive a conversa mais densa que pretendo ter até amanhã para, entre outras coisas, prepararmos, com mais detalhe, a cimeira que vamos realizar precisamente aqui no Brasil no próximo mês de fevereiro e a visita de Estado do Presidente da República, que também será realizada nessa ocasião”, declarou.



A decisão histórica de criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza irá imprimir uma nova dinâmica política

Luís Montenegro

Balanço da primeira visita ao Brasil

Luís Montenegro realizou entre 18 e 20 de novembro a sua primeira visita ao Brasil enquanto Primeiro-Ministro, com a agenda centrada na participação na cimeira de chefes de Estado e do Governo do G20, enquanto país convidado do anfitrião.

Desde que tomou posse em abril, o chefe do Governo português já foi por duas vezes aos Estados Unidos, onde participou na cimeira da NATO e na Assembleia Geral das Nações Unidas, fez visitas oficiais a Cabo Verde e a Angola, acompanhou o

Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, nas comemorações oficiais do 10 de junho na Suíça e fez curtas deslocações a Espanha (a primeira viagem do seu mandato), à Alemanha e a França para se encontrar com os líderes destes países, além de participar nos Conselhos Europeus formais e informais.

Do programa de três dias de Luís Montenegro no Brasil, quase dia e meio foi dedicado à cimeira de chefes de Estado e do G20, que decor-

reu entre segunda e terça-feira no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, Luís Montenegro visitou o Real Gabinete Português de Leitura, ponto habitual das visitas de chefes de Governo e de Estado portugueses, e ao qual entregará a obra completa de Eduardo Lourenço, uma edição da Fundação Calouste Gulbenkian. O Real Gabinete Português de Leitura é uma instituição fundada em 1837 por emigrantes e refugiados portugueses e guarda mais de 350 mil livros.

Em São Paulo, na quarta-feira, o programa esteve centrado na comunidade e na língua portuguesas, com um almoço com emigrantes na Casa de Portugal, e uma visita ao Museu da Língua Portuguesa, ao qual Montenegro entregou os três volumes da obra completa de Luís de Camões, uma edição preparada por Maria Vitalina Leal de Matos, no ano em que se assinalam os 500 anos do nascimento do poeta português.

Na visita ao Museu da Língua Portu-



guesa, em São Paulo, Luís Montenegro deixou a promessa de valorizar o que considerou “um dos elementos mais fortes” da identidade nacional. “A língua é o elemento mais relevante, forte da nossa identidade enquanto país, no caso de Portugal, e enquanto comunidade lusófona, contando com todos aqueles que no mundo falam português. E não há comunidade maior a falar português que a brasileira”, salientou.

Luís Montenegro disse ter ficado “agradavelmente surpreendido”

com esta visita e, em nome do Governo, prometeu “acarinhar” todas as iniciativas de valorização da língua.

“Nós temos feito um esforço muito grande no Governo para valorizar, preservar, estudar, desenvolver e para ensinar a língua portuguesa. E um espaço como este é uma mostra excepcional para poder cultivar estes princípios e estes objetivos”, salientou.

Na visita, o Primeiro-Ministro co-

nheceu a exposição temporária “Línguas africanas que fazem o Brasil”, onde o curador Tiganá Santana destacou a influência desse continente na entoação, vocabulário ou pronúncia do português, e explicou que palavras também do dia-a-dia do português falado em Portugal como “minhoca” ou “cambada” têm origem na língua africana quimbundo.

Conduzido pela curadora principal Isa Ferraz, o Primeiro-Ministro percorreu os vários corredores que,

de forma interativa, explicam a origem da língua portuguesa desde o império romano, numa exposição que inclui um fac-símile da carta de Pero Vaz de Caminha em que anuncia ao Rei D. Manuel I a descoberta das novas terras que viriam a ser o Brasil, doado pela Torre do Tombo.

Inaugurado em 2006, o museu esteve encerrado entre 2015 e 2021 devido a um grave incêndio, tendo contado com a presença de Marcelo Rebelo de Sousa na reinauguração.

1000 dias de guerra na Ucrânia

Luís Montenegro assinalou, no dia 19 de novembro de 2024, os mil dias de conflito na Ucrânia considerando que são "mil dias de guerra à democracia, ao humanismo e ao direito internacional", numa publicação na rede social X.

"1000 dias de guerra na Ucrânia são mil dias de guerra à democracia, ao humanismo e ao direito internacional. São dias de desafio e solidariedade europeia com o povo ucraniano", escreveu Luís Montenegro.

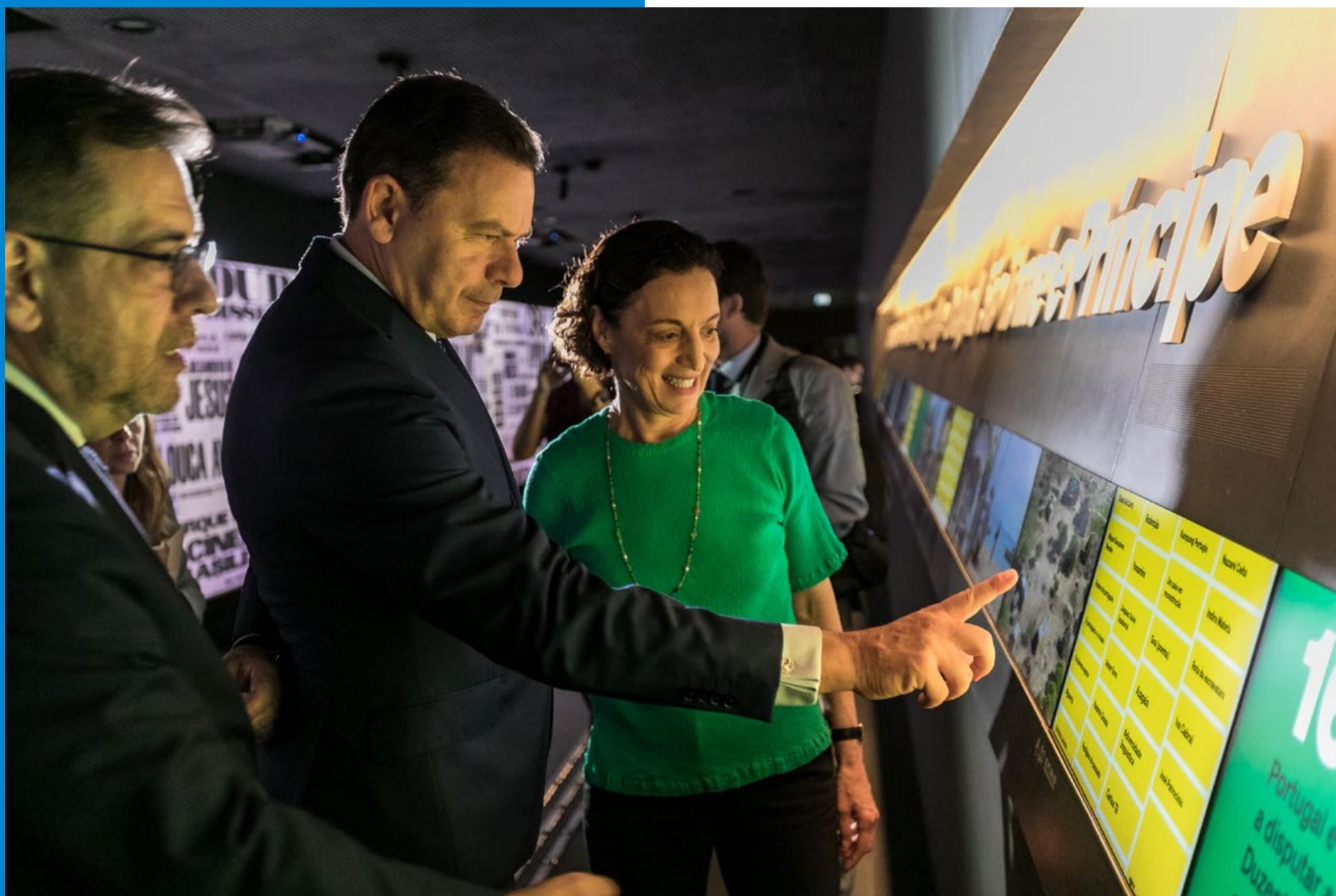
Na mensagem, o Primeiro-Ministro dirigiu-se ao Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, afirmando: "Portugal caminha lado a lado convosco".

Na cimeira do G20, o Primeiro-Ministro defendeu que o lançamento da Aliança Global contra a Fome e Pobreza numa época de crises é "sinal de inconformismo e vitalida-

de do multilateralismo", reiterando a condenação da Rússia pela invasão da Ucrânia.

"Portugal defende uma ordem internacional fundada no respeito integral pelo Direito Internacional. Tal inclui a abstenção do uso da força e o respeito pela soberania e a integridade territorial dos Estados", referiu o primeiro-ministro português, Montenegro defendeu igualmente como essencial "garantir o respeito pelo Direito Internacional Humanitário", considerando "urgente alcançar um cessar-fogo imediato em Gaza e no Líbano, de forma a garantir a proteção dos civis e proporcionar espaço à diplomacia no sentido da paz".

A guerra na Ucrânia começou há mil dias com a invasão russa de 24 de fevereiro de 2022. O conflito provocou a maior crise de refugiados na Europa desde a II Guerra Mundial.



LÍDIA PEREIRA REAFIRMA COMPROMISSOS EUROPEUS NA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA



Lídia Pereira, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu à COP29, e o Comissário Europeu para a Ação Climática, Wopke Hoekstra, realizaram, no dia 20, uma conferência de imprensa conjunta em Baku, Azerbaijão, na qual abordaram os atuais desafios e os avanços alcançados no decurso da COP29.

A eurodeputada eleita pelo PSD começou a conferência de imprensa por reforçar a urgência em combater e responder às alterações climáticas “Infelizmente, temos assistido a eventos climáticos extremos com maior frequência e violência” e recordou os fenómenos climáticos vividos recentemente na Europa “Permitam-me lembrar os incêndios extremos que vivemos em Portugal, enquanto presenciávamos inundações na Europa de Leste. Mais recentemente, no sul de Espanha, Valência e Málaga foram severamente afetadas por eventos catastróficos”.

Lídia Pereira deixou claro que “as

alterações climáticas estão absolutamente diante dos nossos olhos e exigem uma resposta que, por um lado, inclua medidas de mitigação, mas, obviamente, face a efeitos que já são irreversíveis, também inclua respostas e um apoio diferenciado para determinadas regiões”.

Por sua vez, o Comissário Hoekstra fez um ponto de situação das negociações, sublinhando a complexidade do caminho a percorrer, mas expressando determinação em alcançar consensos significativos. Entre os temas abordados, destacou a relevância da Declaração dos Líderes do G20, nomeadamente no que respeita à transição dos

combustíveis fósseis para energias mais limpas. Sobre a Declaração do G20, Lídia Pereira considerou que “estão a ser dados passos na direção certa, pois precisamos de mecanismos que tornem caro poluir e que tornem rentável investir em eficiência energética e tecnologias limpas”.

Quer a Comissão quer o Parlamento, pela voz de ambos os interlocutores, destacaram a necessidade de alargar a base de países contribuintes para o financiamento da transição climática – esforço que consideram fundamental para enfrentar a dimensão dos desafios ambientais ao longo das próximas

décadas.

Lídia Pereira terminou a conferência reiterando o compromisso do Parlamento Europeu em assegurar que a COP29 “produza resultados concretos, especialmente no que diz respeito ao financiamento climático e ao aumento das contribuições financeiras, designadamente por parte de economias em crescimento, como a China”, porque “a Europa tem sido, e deve continuar a ser, a região líder no combate ao aquecimento global, mas não podemos fazê-lo sozinhos e precisamos que outros grandes emissores assumam a sua parte nesta responsabilidade”.

MIGUEL GUIMARÃES NO PARLAMENTO

“O 25 DE NOVEMBRO CUMPRIU ABRIL”

Na primeira sessão solene evocativa do 25 de Novembro, na Assembleia da República, os aplausos ao general Ramalho Eanes, presente na tribuna reservada às mais altas figuras do Estado, foram uma constante nas intervenções das bancadas dos partidos moderados.





“Nós não temos de estar resignados a um Estado que asfixia a sociedade, a vida das pessoas, lhes tira grande parte dos seus rendimentos e lhes entrega serviços com pouca qualidade. Nós somos capazes de fazer muito mais do que aquilo que foi feito nos últimos anos”, afirmou.

No sábado, num comício da AD em Penafiel, Luís Montenegro acusou o secretário-geral do PS de se distanciar das responsabilidades dos anteriores executivos socialistas, lamentando que o que aconteceu, por exemplo, na habitação tem a marca do “atual secretário-geral do Partido Socialista”.

“Essa tirada, de que são fazedores, é só conversa, porque quando era

preciso essa capacidade de ação e esse dinamismo, ficaram calados. Ou então é mesmo preciso perguntar ao atual secretário-geral do Partido Socialista se ele está assim tão arrependido de ter feito parte dos últimos governos, porque é isso que ele está a dizer”, questionou.

Na educação, a propósito da recuperação integral do tempo de serviço dos professores, que faz parte do programa da AD, o líder da AD referiu que quem teve “na mão a esferográfica para poderem assinar o diploma que iria conferir essa recuperação, não o fizeram, disseram que não havia condições e, agora que há eleições, já há condições, já há uma resposta, já tudo é mais fácil”.



PONTE DA BARCA APOSTA NO INVESTIMENTO PÚBLICO

A maioria PSD no executivo municipal de Ponte da Barca aprovou o orçamento para 2025, no valor 29.328.240,92 euros.

Em comunicado, a Câmara do distrito de Viana do Castelo refere que as Grandes Opções do Plano (GOP) e o orçamento para 2025, aprovados na quinta-feira, 21 de novembro, preveem “a execução do maior plano de investimentos públicos alguma vez realizado por parte do município”.

O orçamento para 2025 é superior em cerca de 2,2 milhões de euros face ao do ano em curso, que tem o valor de 27.044.546,74 euros.

Para o Presidente da Câmara de Ponte da Barca, Augusto Marinho, trata-se de “um documento que, além de realista, cumpre com a vontade dos barquenses, assente na sua confiança e no compromisso

democraticamente assumido com cada um dos munícipes”.

“É fundamental que continuemos a trabalhar com realismo e com confiança no projeto que estamos a desenvolver no nosso concelho, mobilizando as forças vivas da nossa comunidade, motivando-a na ambição de fazer mais e melhor por Ponte da Barca”, acrescenta, citado no comunicado.

Em 2025, a taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) é de 0,34%, bem como a bonificação do IMI Familiar, com uma redução fixa do valor a pagar em 30, 70 ou 140 euros, para famílias com um, dois, três ou mais dependentes, para habitação própria e permanente. A taxa de IMI

para prédios urbanos pode variar entre os 0,3% e os 0,45%, cabendo aos municípios fixar o valor entre este intervalo.

O orçamento da maioria PSD (cinco elementos) prevê, entre outras intervenções, investir quase quatro milhões de euros “na melhoria e beneficiação da rede viária em praticamente todas as freguesias do concelho, a construção do centro Interpretativo do Homem e da Montanha, na freguesia de Britelo, e a remodelação do Solar do Vinhão.

No documento consta ainda a “construção de um novo edifício de apoio na Praça da República, a reabilitação do espaço destinado à restauração no complexo das piscinas

municipais, a beneficiação do edifício do Bar do Rio, transformando-o no centro náutico e de interpretação e monitorização dos rios Lima e Vade, em resultado da candidatura promovida pelo Município ao programa de financiamento + Interior, do Turismo de Portugal”.

De acordo com o orçamento, no próximo ano “terá lugar a execução da segunda fase da área empresarial do Rodo, reforçando assim as acessibilidades ao polo empresarial, prevendo-se igualmente, em 2025, o início da construção da futura área empresarial de Lestriz, concluindo-se o processo de aquisição de terrenos em curso”.

O orçamento segue para debate e votação na Assembleia Municipal.



PSD/VALONGO CELEBRA 50 ANOS E FIXA COMO OBJETIVO CONQUISTAR A CÂMARA



O PSD/Valongo celebrou, no dia 22 de novembro, 50 anos de existência com um jantar comemorativo, que reuniu cerca de três centenas de militantes e simpatizantes.

Esta iniciativa, marcada por discursos marcantes e momentos de confraternização, destacou a vitalidade e o compromisso do partido com o futuro do concelho e do país e deu a conhecer as novas lideranças dos núcleos do PSD/Valongo, nomeadamente Rui Abreu, do Núcleo de Ermesinde, Rui Marques, do Núcleo de Valongo, Pedro Teixeira, do Núcleo de Campo e Sobrado e Constâncio Gaspar em Alfena.

Hélio Rebelo, Presidente do PSD/Valongo, abriu a noite com palavras de agradecimento e reconhecimento:

“É uma honra para mim e para esta comissão política do PSD de Valongo contar com a vossa presença num momento tão importante para o nosso partido. Que alegria poder partilhar este momento, que dá mostras de uma vitalidade tão grande do PSD, num jantar com centenas de companheiros!”

Este jantar contou com a presença de figuras conhecidas do partido, incluindo Marco António Costa, ex-vice-Presidente da Câmara de Valongo e antigo vice-Presidente do PSD, que destacou a importância da





militância e do compromisso cívico: “Tal como no passado, em que o PSD conseguiu transformar o Concelho de Valongo, parado no tempo que estava após décadas de liderança socialista, resolvendo o problema da falta de água, do saneamento básico, da recuperação das escolas e da construção dos equipamentos culturais e desportivos, estou certo que em breve, Valongo voltará a recuperar o seu lugar na linha da frente do desenvolvimento, com uma nova ambição que o PSD trará para o Concelho”, disse.

Pedro Duarte, Presidente da Comissão Política Distrital do PSD/Porto, partilhou o seu testemunho, recordando o progresso que o PSD trouxe a Valongo durante a liderança do Município, mas confiando na capacidade do PSD de Valongo de voltar a

dar ao Concelho uma nova ambição para os seus cidadãos: “Tal como no passado, acredito que o PSD Valongo terá a capacidade de propor um novo modelo de desenvolvimento no Concelho, e o jantar que hoje aqui tem lugar é disso mesmo um exemplo”.

Ao longo da sua intervenção, Hélio Rebelo sublinhou a importância da união do PSD para que juntos, seja possível mudar a realidade em Valongo: “Juntos seremos capazes de transformar Valongo. Um concelho que seja uma porta de entrada para as Serras do Porto, promovendo a investigação científica, o turismo e a prática desportiva. Queremos implementar projetos inovadores e sustentáveis, criar empregos qualificados e desenvolver tecnologias limpas e verdes. Valongo deve estar

plenamente integrado na mobilidade metropolitana, com a extensão do metro e o reforço da ferrovia, incluindo a linha de Leixões e a nova linha do Vale do Sousa, além da realocação da estação para o centro da cidade.

O PSD/Valongo fixa como objetivo conquistar a câmara nas eleições autárquicas de 2025 e reafirma o seu compromisso com a população e a sua determinação em continuar a fazer mais e melhor pelo concelho, honrando o legado dos que contribuíram para o crescimento e fortalecimento do partido ao longo dos últimos 50 anos.



COIMBRA INAUGURA EXTENSÃO DE SAÚDE EM TAVEIRO

José Manuel Silva, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, enalteceu a importância de aproximar os cuidados de saúde primários das pessoas para facilitar o acesso aos serviços e melhorar a qualidade de atendimento.

O autarca, que falava na inauguração da extensão de saúde de Taveiro, na dependência da Unidade de Saúde Familiar Manuel da Cunha (São Martinho do Bispo), reiterou que o “sentido de proximidade é muito importante no serviço às populações, sobretudo nas mais necessitadas e envelhecidas”.

“Infelizmente, assistimos no país a uma excessiva concentração das respostas em saúde também nos cuidados de saúde primários, afastando os recursos das populações e criando problemas às pessoas com mais dificuldade de deslocação”, disse.

O município de Coimbra inaugurou,

no dia 21 de novembro, a nova extensão de saúde de Taveiro, a cerca de 10 quilómetros da cidade, que resulta da requalificação da antiga Casa da Criança, num investimento de 756 mil euros, e que vai servir 5.000 utentes da União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila.

“Este movimento que estamos agora a fazer, de aproximação às populações, é extremamente importante e relevante para as servir melhor e criar menos dificuldade de deslocação, sabendo nós que prevenir os problemas ambientais é também reduzir as deslocações”, sublinhou o presidente da Câmara de Coimbra.

Segundo José Manuel Silva, esta melhoria e proximidade no acesso aos cuidados de saúde primários contribui também “para um melhor Serviço Nacional de Saúde (SNS), que enfrenta tantos constrangimentos e dificuldades, que têm de ser resolvidas”.

“Temos todos de continuar a trabalhar para preservar o SNS e não o transformar em algo diferente”, sublinhou o presidente da Câmara de Coimbra, salientando que ir ao encontro das pessoas faz parte da “estratégia e vontade do atual executivo”.

O Presidente da Unidade Local de Saúde (ULS) de Coimbra desta-

cou a “excecional colaboração” da Câmara na área da saúde desde a transferência de competências para os municípios, que permitiu já, por exemplo, acelerar a abertura do novo Centro de Saúde na Avenida Fernão Magalhães, no centro da cidade.

Segundo Alexandre Lourenço, as novas instalações da extensão de saúde de Taveiro vão permitir um atendimento com melhores condições aos utentes e às três equipas médicas, além de melhorar as condições de trabalho.

A unidade entrou em funcionamento na sexta-feira, 22 de novembro de 2024.

MAFRA DUPLICA ORÇAMENTO COM MAIS INVESTIMENTOS PARA SERVIR A POPULAÇÃO

A Câmara Municipal de Mafra aprovou por maioria o orçamento para 2025 de 165,6 milhões de euros (ME), e cerca do dobro de há dois anos.

Pelo segundo ano, o município de Mafra aumenta o seu orçamento ao mais do que duplicar o valor dos investimentos e mais do que triplicar a receita com respetivos financiamentos.

Entre esses dois anos, as previsões da despesa de capital aumentam de 39,1 ME para 85,5 ME, influenciadas pela rubrica de aquisição de bens de capital (27,3 ME para 68,7 ME), onde se inscrevem os investimentos.

Para esse acréscimo do investimento contribuem as receitas de capital estimadas (20,5 ME para 69,4 ME), dentro das quais estão as transferências de capital (18,3 ME para 66,5 ME), onde consta o financiamento obtido para os investimentos.

São prioridades da Câmara de Mafra, liderada por Hugo Luís, os in-

vestimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (61,5 ME), a maioria dos quais já constavam no orçamento de 2024, como a construção de habitação social, desta vez com 14,7 ME inscritos de um total de 19,2 ME para três projetos.

Juntam-se as obras de reabilitação do Palácio Nacional de Mafra (seis milhões de euros de 7,6 ME) e para a instalação do Museu Nacional da Música (1,4 ME de 9,6 ME), a construção do Arquivo Nacional do Som (4,2 ME de seis milhões de euros) e da Escola 2/3 do Milharado na Póvoa da Galega (12 ME de 15,4 ME), bem como a requalificação integrada do Milharado (6,6 ME de 10,5 ME).

O Parque Urbano da Ericeira (dois milhões de euros de 10,1 ME), a continuação da construção do Cen-

tro de Saúde de Mafra Oeste (2,6 ME de 4,6 ME) e o início da requalificação da Quinta do Munoz (1,1 ME de 2,7 ME) estão também entre os investimentos mais relevantes.

O orçamento tem previsto 80 ME (mais 6,7 ME do que em 2024) de despesa corrente, dos quais 30 ME são para custos com pessoal (mais 1,6 ME) e 35,5 ME para aquisição de bens e serviços (mais 4,4 ME).

A rubrica com mais peso das receitas correntes são os impostos diretos, cujos proveitos deverão situar-se nos 46,3 ME em resultado da estabilização sobretudo do mercado imobiliário e das taxas: Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis 20 ME para 20,1 ME, o Imposto Municipal sobre Imóveis 20,5 ME para 20,3 ME, o Imposto Único de Circulação 2,8 ME para três milhões de euros e a derrama

2,5 ME para 2,9 ME.

O pacote fiscal para 2025 foi também aprovado por maioria, com a abstenção do PS, mantendo-se o IMI na taxa máxima para prédios urbanos (varia entre 0,3% e 0,45%), a derrama em 1,5% sobre o lucro tributável das empresas com volume de negócios acima de 150 mil euros, ou isenta para as que não ultrapassem esse valor, e o IRS nos 4,75%.

O executivo municipal, constituído desde as eleições autárquicas de 2021 por sete eleitos do PSD e dois do PS, aprovou também por unanimidade o orçamento de 21,7 ME dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2025.

Os dois orçamentos servem uma população de cerca de 86 mil habitantes e vão ser ainda sujeitos à Assembleia Municipal de Mafra.





GOVERNANÇA NOS AÇORES REVELA “NOVAS POLÍTICAS”

O PSD/Açores considera que as propostas de Plano e Orçamento para 2025, discutidas no parlamento açoriano, revelam “um cenário de condições nunca dantes vistas”, com a atividade económica a crescer “consecutivamente há mais de 40 meses”.

“A discussão do Orçamento e Plano de Investimentos para 2025 faz-se num cenário de condições nunca dantes vistas nos Açores: o indicador da atividade económica cresce consecutivamente há mais de 40 meses, o desemprego é o segundo mais baixo do país, em valores só comparáveis com os verificados em 2007, e a população empregada regista o maior valor de sempre: mais de 120 mil açorianos empregados”, disse o deputado Joaquim Machado.

O social-democrata falava no arranque da discussão do Plano e Orçamento dos Açores para 2025, que começou no dia 25 de novembro na cidade da Horta, na ilha do Faial.

Joaquim Machado observou que, “por muito que isso custe à oposição”, esses são resultados da governação do executivo PSD/CD-S-PP/PPM, do “sucesso de novas políticas e novos protagonistas”.

“Estamos verdadeiramente a mudar

os Açores, a construir um futuro de confiança”, salientou o deputado do PSD, insistindo que “o caminho está definido: economia em crescimento, diferencial fiscal (IVA e IRS mais baixos do país), aumento do investimento público, com prioridade para a execução do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] e dos fundos comunitários no âmbito da programação Açores 2030, controlo da trajetória da dívida pública, aposta em políticas sociais com justiça e equidade”.

Reconhecendo que “a tarefa é complexa e coloca desafios pertinentes, como o equilíbrio entre a despesa e a receita”, Joaquim Machado salientou que “nesta matéria abundam os chamados ‘teóricos de pacotilha’, sempre disponíveis para lançar milagrosas soluções, de dedo em riste, acusador, incapazes de dizerem ao que vêm”.

“É manifestamente o caso do PS”, criticou.

Joaquim Machado reforçou ainda que o PS “chega a este debate sem propostas concretas, sem alternativas”: “Francisco César [presidente regional do PS] poderá um dia vir a ser alternativa a Vasco Cordeiro, quem sabe, mas o PS não é hoje a alternativa para os Açores”.

“No fim do debate veremos como votam os socialistas – seguramente contra, ou em abstenção. Não porque fez melhor, nem porque seria capaz de fazer mais, mas na vã tentativa de impedir que o governo do PSD/CDS/PPM faça o que o PS gostaria de fazer. Faça muito e bem pelos Açores”, acrescentou.

O Orçamento dos Açores para 2025, que define as linhas estratégicas do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM para o próximo ano, atinge os 1.913 milhões de euros, dos quais cerca de 819 milhões são destinados aos investimentos previstos no Plano.

ORÇAMENTO 2025

MEDIDAS PARA A AGRICULTURA AÇORIANA SÃO ROBUSTAS

Paulo Chaves, deputado do PSD/Açores, destacou o “forte investimento” e as medidas “robustas e inéditas” para o setor agrícola, que constam das propostas de Plano e Orçamento para 2025, mostrando que o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM “está, como nenhum outro, ao lado dos produtores da Região”.

O parlamentar social-democrata, que falava após uma reunião com a Associação dos Jovens Agricultores Terceirenses, sublinhou que as novas regras de acesso ao gasóleo agrícola “são uma medida inédita nos Açores”, pois permitem a qualquer produtor agrícola na Região “dispor de um plafond ilimitado de combustível, uma ferramenta fundamental para a sua produção diária”.

Segundo Paulo Chaves, “antes desta medida ser desenhada pelo atual Governo Regional, havia um ‘crédito’ de gasóleo agrícola, que estava disponível no dia 1 de janeiro, mas que tinha um limite, pois esgotava-se quase sempre a meio do ano, ou antes do fim do ano civil. Era uma discriminação feita a vários produtores que não tinham acesso à mesma plataforma”.

Para o deputado do PSD/Açores, “é

igualmente importante a opção de um apoio mais firme aos jovens agricultores”, através de um “aumento significativo, de cerca de 15 mil euros, no prémio para a primeira instalação, que antes se fixava nos 40 mil euros, com discriminação perante hectares, e que passará para 55 mil euros, sem qualquer tipo de discriminação”, explicou.

Paulo Chaves concretizou que “foi a primeira vez que o Governo Regional da Coligação teve um Plano de Estratégia Política Agrícola Comum da sua autoria, podendo assim criar previsibilidade e sustentabilidade para o setor, o que não existia antes com os governos socialistas”.

“O jovem agricultor açoriano que se queira instalar de forma permanente tem de fazer a sua candidatura, como é óbvio, mas tem um apoio de 55 mil euros. Que é um apoio inédito”, afirmou.

”, afirmou.

“O grande objetivo da atual política agrícola nos Açores passa por motivar mais jovens a entrarem na Agricultura. Há também a salientar outro aspeto positivo, para quem tem atividade de tempo parcial: anteriormente era discriminado, agora terá um apoio que subiu dos 10 mil para os 15 mil euros”, disse Paulo Chaves.

Questionado sobre a atual situação do preço do leite pago aos produtores nas ilhas Terceira e Graciosa, o deputado social-democrata avançou que “o PSD/Açores está ao lado dos produtores”.

“Os produtores de leite da Terceira e Graciosa podem contar connosco para aquilo que necessitarem, pois consideramos que não estão a ser devidamente valorizados pelo trabalho que fazem”, concluiu.

Povo livre

Número 636 • 4 DE DEZEMBRO DE 1986 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

RECORDANDO SÁ CARNEIRO

por Cavaco Silva

O Tempo passa. A Memória fica.

Faz hoje seis anos. Seis anos sobre aquela fria noite de Dezembro que deixou Portugal transido: o seu Primeiro-Ministro tinha morrido num pequeno avião que se despenhara.

Era difícil acreditar porque tudo fora rápido demais.

Francisco Sá Carneiro fora um meteoro político de invulgar força e brilho. Ainda jovem, o seu nome e o seu perfil inconfundível já eram conhecidos do tempo em que falar na Assembleia Nacional contra o regime vigente era considerado um sacrilégio.

E ele ousava esse sacrilégio, até ao ponto de ruptura.

Depois da revolução de Abril, apareceu de novo a marcar presença na política, que queria ver renovada, no caminho da construção de um Portugal mais livre, mais justo, mais progressivo.

E foi impossível ignorá-lo porque ele atraía magneticamente as pessoas de boa vontade, ele sacudia o sistema que não queria ver cair no imobilismo totalitário.

Por ele ou contra ele, mas nunca a indiferença, foi uma das características que mais marcaram a passagem de Sá Carneiro

pela vida pública nacional.

É precisamente quando tinha atingido o ponto mais alto da sua carreira política, depois de provas dadas como Primeiro-Ministro e uma vitória eleitoral que vinha abrir mais caminhos de esperança à Pátria que amava acima de qualquer glória pessoal que, num momento, desaparece.

Francisco Sá Carneiro morreu na plenitude como homem e como estadista, dizemos nós tentando aten-

nuar esta imensa mágoa que é, ainda hoje, para os portugueses em geral, e para todos os social-democratas em particular, o desaparecimento de alguém que tinha atraído sobre a sua figura aparentemente frágil a tarefa enorme de dar de novo ao povo o orgulho de o ser.

Os anos passam. Ficamos a obrigação de não esquecer, de entregarmos o testemunho da força anímica dos que foram grandes, aos jovens que não os conheceram, de recordarmos juntos os que partiram, deixando para trás um sonho inacabado.

Francisco Sá Carneiro é para nós, que o conhecemos e admiramos, um homem que caiu com um sonho nas mãos, um sonho que abrangia todo um país e todo um povo.

Seis anos depois, a melhor forma que temos de o homenagear, para lá de não o deixarmos morrer na nossa memória colectiva, é cumprir o que ele deixou inacabado, porque isso será cumprir Portugal.

4 de Dezembro. Tempo de recordar.



Tempo de nos interrogarmos o que é, hoje, para nós Francisco Sá Carneiro, para lá de uma saudade na memória.

Ele deve ser o exemplo de coragem, honestidade, inteligência viva, talento político, capacidade de trabalho até ao sacrifício, do amor à terra e às suas gentes.

O exemplo do estadista do século XX com os olhos postos no futuro mas sem esquecer a mensagem do passado.

O exemplo do chefe que não vai à frente,

mas avança lado a lado com os outros num caminho que pertence a todos.

O exemplo do homem que não pensava em si quando era preciso pensar primeiro nos outros: os fracos, os pobres, os desprotegidos da vida.

O Tempo passa. A Memória fica.

Que fique para sempre connosco a memória de um Homem que queria cumprir Portugal.

Esse homem desapareceu faz hoje seis anos.

A HORA, AGORA, É NOSSA!

MISSA POR ALMA DE SÁ CARNEIRO

A Comissão Política Nacional manda celebrar hoje, às 19 horas, na Igreja dos Salesianos (aos Prazeres), em Lisboa, missa do 6.º aniversário da morte do militante número um e líder do PSD, Francisco Sá Carneiro.

«POVO LIVRE»

Devido ao feriado de dia 8, «Povo Livre», Na próxima semana, apenas será distribuído na quinta-feira, dia 11.

Tempo de antena do PSD

Hoje na RTP 1

após o Telejornal das 19h30

em Partido Vivo

De Sá Carneiro a Cavaco Silva

 PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

EDIÇÃO N.º 646 do "Povo Livre" | de 4 de dezembro de 1986

"Recordando Sá Carneiro".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção do PSD do Barreiro, para reunir em sessão ordinária, no próximo **dia 6 de dezembro de 2024 sexta-feira), pelas 21H00**, na sede concelhia, sita na Rua de Trás-os-Montes, no 4-B 2835-464 Santo António da Charneca, Barreiro, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Apresentação plano de atividades e orçamentos para 2025;
3. Autárquicas 2025;
4. Outros assuntos.

CORUCHE

De acordo com o artigo 54º dos Estatutos do PSD, convoco os militantes da Secção de Coruche, para reunião Ordinária da Assembleia de Secção, no **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), pelas 11H00**, na sede do PSD de Coruche, sita na Travessa dos Guerreiros, n.º 26, em Coruche, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e aprovação do orçamento e plano de actividades para 2024;
2. Informações;
3. Análise da situação política local e nacional.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em Sessão Ordinária no próximo **dia 6 de dezembro de 2024 (sexta-feira), pelas 20H30**, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, n.º 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ORDEM DE TRABALHO:

1. Informações;
2. Parecer sobre os candidatos aos órgãos das autarquias locais;
3. Análise da situação política local e nacional.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Lourinhã, para reunir no **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), pelas 16H00** na sede da concelhia do PSD da Lourinhã, Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, 4 cave – 2530-150 Lourinhã, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada não estiverem presentes o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum, a reunião terá início trinta minutos mais tarde, com qualquer número de participantes.

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção da Moita para uma reunião, no **dia 15 de dezembro de 2024 (domingo), às 10H30m**, na sua sede, Rua José Afonso n.º 20, 2860-378 Moita, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação das contas do ano de 2024;
3. Apresentação, discussão e votação do orçamento para 2025;
4. Apresentação do Plano de Atividades;
5. Análise da situação política partidária.

PALMELA

Ao abrigo dos estatutos nacionais do partido social-democrata (PPD/PSD), convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela para reunir, no **dia 11 de dezembro de 2024 (quarta-feira), pelas 21H00**, na Sede da Junta de Freguesia de Palmela, sita na Rua Hermenegildo Capelo n.º 58, 2950-234 Palmela, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação política.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Seia, para reunir, no próximo **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), pelas 18H00**, na sede, sita na Av. 1º de Maio n.º 26 cave, em Seia, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, às 21H30 com qualquer número de militantes presentes.

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sertã para reunir no próximo **dia 16 de dezembro de 2024 (segunda-feira), pelas 20H00**, no Auditório GAT, na Rua Dr.º Nuno Álvares Pereira, na Sertã, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação Política local e nacional;
2. Nos termos do art.º 53 dos Estatutos, emitir parecer sobre candidatura aos órgãos das autarquias locais no concelho de Sertã, sob proposta da Comissão Política de Secção.

Nota: De acordo com n.º 2 do artigo 69 dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde logo convocada nova reunião da Assembleia de Secção decorridos que sejam trinta minutos, no mesmo dia e local, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no Próximo **dia 7 de dezembro de 2024 (sábado), pelas 16H00**, no Centro de Artes de Sines, sita na Rua Cândido dos Reis, 33, em Sines, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Apreciação e eventual aprovação do Orçamento para 2025;
3. Análise da Situação Político-partidária.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ERRATA II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o II Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no próximo **dia 07 de dezembro de 2024, (sábado) pelas 16h00m**, no Auditório da Escola Secundária Jácome Ratton, Rua Professor Andrade, 2300-515 Tomar, no Distrito de Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento Eleitoral da JSD, nos termos da alínea q) do artigo 27.º dos ENJSD;
2. Eleição dos Representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD, nos termos da alínea h) do artigo 27.º dos ENJSD;
3. Eleger o substituto de titular de órgão nacional por vacatura, nos termos da alínea n) do artigo 27.º dos ENJSD;
4. Análise da Situação Política e balanço da atividade da Comissão Política Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 27.º e do artigo 30º dos ENJSD;

NOTAS: As listas candidatas, bem como a sua respetiva documentação, devem ser entregues até às 23h59 do sétimo dia anterior (30/11/24) ao ato eleitoral. Através da missiva eletrónica dirigida ao Presidente da Mesa (joacerejo_35@hotmail.com).

Os candidatos devem ser membros do Conselho Nacional, nos termos da alínea h) do artigo 27º do ENJSD.

As urnas estarão abertas entre as 17h30 e as 18h30.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (JSD) e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD Concelhia do Porto para reunir em Plenário Concelhio, no próximo **dia 3 de dezembro de 2024 (terça-feira), pelas 21 horas**, na Rua da Vilarinha 1090, 4100-513 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Outros Assuntos.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Viseu, para reunirem no **dia 6 de dezembro de 2024, pelas 21:00 horas**, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira, Loja Nº 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Atual;
3. Outros assuntos.

NESD - UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, são convocados todos os militantes da JSD inscritos na Universidade de Aveiro (UA) para reunir em Plenário de Militantes, no **dia 17 de dezembro de 2024, pelas 18h00**, na Universidade de Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do NESD-UA.

Notas:

1. *As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00.*
2. *As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital Aveiro ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através de via digital, para o email mesajsddistritalaveiro@hotmail.com*
3. *É solicitado que todos os votantes apresentem um documento de identificação (tipo CC) e cartão de estudante ou comprovativo de inscrição na UA no momento da votação.*

ANEXOS

PARECERES

Parecer do Conselho de Jurisdição
Nacional da JSD n.º 2/2024

PARECERES

**PARECER DO CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL DA JSD N.º 2/2024**

Parecer do Conselho de Jurisdição Nacional n.º 2/2024

Data de Emissão: 22.11.2024

I. Enquadramento:

No dia 13 de novembro de 2024, o Conselho de Jurisdição Nacional (doravante denominado como “CJN”) recebeu um pedido de parecer de Mário Afonso Nunes Pires Oliva Teles, militante n.º 251931 relativo ao III Conselho Distrital de Viseu, realizado na sede da Junta de Freguesia de Felgueiras e Feirão. O requerente questiona se houve cumprimento dos Estatutos da JSD durante a condução da sessão, com especial atenção aos seguintes pontos:

- Substituição da convocatória original por uma errata, alterando a ordem de trabalhos;
- A forma de eleição dos delegados à Assembleia Distrital do PSD, que não seguiu um processo eleitoral, mas sim a aprovação de uma lista única;
- O uso de votação “de braço no ar” em vez de voto secreto para deliberações relacionadas com pessoas, conforme exigido pelo artigo 85.º, ponto 2, dos Estatutos da JSD.

Para a análise das questões colocadas, o CJN esclarece que limita a sua apreciação às informações constantes do pedido submetido pelo requerente, bem como às publicadas no jornal oficial do PSD, *Povo Livre*.

II. Da competência para a apreciação do pedido:

O XXVII Congresso Nacional da Juventude Social Democrata (doravante denominado como “CNJSD”) aprovou, em 9 de abril de 2022, a revisão dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (doravante denominado como “ENJSD”). De acordo com o artigo 109.º dos ENJSD, estes entraram em vigor com a publicação no órgão oficial de imprensa do PSD, o *Povo Livre*, realizada em 13 de abril de 2022.

Por sua vez, o I Conselho Nacional, reunido em Chaves, no dia 21 de maio de 2022, aprovou o novo Regulamento dos Congressos e Conselhos Distritais da Juventude Social

Democrata (doravante denominado como “RNCCDJSD”). Nos termos do artigo 34.º deste regulamento, a sua entrada em vigor ocorreu com a publicação no *Povo Livre*, concretizada em 25 de maio de 2022.

Relativamente às questões colocadas, o CJN tem competência, segundo a alínea e) do artigo 45.º dos ENJSD:

“para emitir pareceres vinculativos sobre a interpretação dos Estatutos e Regulamentos de órgãos nacionais e integração das respetivas lacunas”.

III. Da Análise das Questões Colocadas:

A. Da Legalidade da Errata:

Nos termos do artigo 19.º do RNCCDJSD:

*“2. Os Conselheiros serão convocados **através de publicação da convocatória no Povo Livre**, nos prazos estatutários, podendo ainda a convocatória ser publicitada por outros meios que se entendam convenientes.*

*3. Da convocatória constará o **dia, a hora e o local da reunião**, bem como a sua ordem de trabalhos. Sendo caso, deverão de igual modo mencionar expressamente **os atos eleitorais a realizar, o dia, local e prazo de entrega das candidaturas e a referência precisa ao período durante o qual as urnas se encontrarão abertas.***

*4. O local das reuniões será **fixado pela Mesa, ouvida a CPD.**”*

A convocatória original, publicada no *Povo Livre* de 16 de outubro, não previa a eleição de delegados à Assembleia Distrital do PSD. Contudo, a errata publicada em 30 de outubro adicionou este ponto à ordem de trabalhos, sem, contudo, prever o prazo de entrega das candidaturas e a referência precisa ao período durante o qual as urnas se encontrarão abertas.

Ora, o ponto 3 do artigo 19.º do RNCCDJSD exige que atos eleitorais sejam devidamente especificados em convocatória, com indicação de prazo para entrega de candidaturas, local e data do ato eleitoral.

A ausência das indicações necessárias na convocatória original e na errata compromete a clareza e transparência do processo.

B. Da Forma de Eleição dos Delegados:

Nos termos da alínea d) do artigo 53.º dos ENJSD:

“O Conselho Distrital é a Assembleia representativa de todos os militantes da JSD inscritos no Distrito, competindo-lhe:

d) Eleger os delegados à Assembleia Distrital do PSD, não tendo estes que ser obrigatoriamente membros do Conselho Distrital”

Esta redação implica a realização de um ato eleitoral devidamente regulamentado, assegurando o direito de participação de todos os militantes elegíveis.

Para tal era necessário que a convocação tivesse a publicidade adequada, especificando-se, conforme decorre do ponto 3 do artigo 19.º do RNCCDJSD, no ponto relativo à eleição dos delegados à Assembleia Distrital do PSD, que:

- O ato eleitoral - eleição dos delegados à Assembleia Distrital do PSD;
- Os prazos de entrega das candidaturas - um período razoável para que todos os interessados possam submeter listas, respeitando o princípio de igualdade de oportunidade;
- O local e a data do ato eleitoral - informações claras e acessíveis sobre onde e quando a eleição seria realizada.

O não cumprimento de todos os requisitos impede que seja dada oportunidade a todos os militantes elegíveis de formar listas e submetê-las.

Após o encerramento do prazo de entrega, as listas deveriam ser publicadas para conhecimento de todos os membros do Conselho Distrital de forma a garantir a transparência, permitindo que qualquer militante apto participe no processo.

C. Da Forma de Votação:

Nos termos do artigo 85.º dos ENJSD:

“1. Salvo os casos expressamente previstos nos presentes Estatutos e nos Regulamentos, as deliberações dos órgãos da JSD serão tomadas por maioria dos membros presentes.

2. Serão obrigatoriamente tomadas por voto secreto, todas as deliberações que se refiram a pessoas.

3. Sempre que se registar empate em qualquer votação não secreta, o presidente do órgão respetivo poderá exercer voto de qualidade, exceto em órgãos de tipo assembleia.”

A deliberação foi realizada por votação "de braço no ar", em desacordo com o ponto 2 do artigo 85.º do ENJSD, que exige voto secreto para todas as decisões relativas a pessoas, comprometendo a transparência e validade da deliberação.

IV. Da Decisão:

Nestes termos, o entendimento do Conselho de Jurisdição Nacional é o de declarar nula a eleição dos delegados à Assembleia Distrital do PSD Viseu e que, para o efeito, seja emitida nova convocatória em conformidade com o RNCCDJSD que especifique claramente os prazos e condições do processo eleitoral.

22 de novembro de 2024

Assinado por: JOANA MARGARIDA PINHEIRO DOS SANTOS
Num. de Identificação: 14906210
Data: 2024.11.22 22:28:18 +0000



Assinado por: Solange da Cunha
Figueiredo
Identificação: B115939973
Data: 2024-11-22 às 22:32:30



Assinado por: Ângela Patrícia
Teixeira Magalhães
Identificação: B114681159
Data: 2024-11-22 às 22:45:39

Guilherme Dias da Silva

Jão António Sousa Ferreira Pais Andrade